

b) Na prorrogação:

- i) Dar continuidade, de uma forma integrada, aos estudos no âmbito da química-estratigrafia e da geologia estrutural;
- ii) Rever e detalhar os modelos geológicos 3D até então obtidos;
- iii) Efetuar sondagens mecânicas com carotagem em setores a eleger, na dependência dos resultados obtidos.

Investimentos mínimos obrigatórios: A Somincor fica obrigada a investir os seguintes montantes mínimos:

- a) € 800.000,00 (oitocentos mil euros), no período inicial;
- b) € 600.000,00 (seiscentos mil euros), na eventual prorrogação.

Encargos da atividade de prospeção e pesquisa: Durante a vigência do contrato a Somincor pagará à DGEG um encargo anual no montante de: € 15.000,00 (quinze mil euros).

Encargos de exploração: Para além dos encargos tributários legais, a Somincor terá, em relação a cada concessão que lhe vier a ser conferida ao abrigo do Contrato, como encargo de exploração a obrigação de pagar anualmente à DGEG, de acordo com o exclusivo critério e opção desta:

- a) Uma percentagem de 10 % dos resultados líquidos do exercício, deduzidos de todos os encargos tributários inerentes, ou em alternativa;
- b) Uma percentagem sobre o valor à boca da mina dos produtos mineiros ou concentrados expedidos ou utilizados, no valor máximo de 3 %.

27 de agosto de 2018. — O Diretor-Geral, *Mário Guedes*.

311611611

## AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL E MAR

Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo

### Despacho n.º 8740/2018

Considerando que os cargos de direção intermédia de 2.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

Considerando que o licenciado Luís Filipe Ferreira de Sousa reúne todos os requisitos legais de provimento no cargo;

Considerando que foram cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao procedimento concursal tendente ao provimento do cargo de Chefe da Delegação Regional do Ribatejo (DRR) da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo;

Considerando que, ponderados os resultados do procedimento concursal, face ao perfil revelado pelo candidato confrontado com o exigido para o exercício do cargo a prover, o júri considerou que o candidato, licenciado Luís Filipe Ferreira de Sousa, reúne as melhores condições para o exercício do cargo;

Nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 21.º da lei acima citada, designo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de Chefe da Delegação Regional do Ribatejo (DRR), o licenciado Luís Filipe Ferreira de Sousa, pertencente à carreira técnica superior do mapa de pessoal da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo.

A presente designação produz efeitos a 1 de setembro de 2018.

24 de agosto de 2018. — A Diretora Regional, *Elizete Jardim*.

### Nota curricular

Luís Filipe Ferreira de Sousa, nascido a 14 de junho de 1960.

Licenciatura em Engenharia Agrícola pela Universidade de Trás os Montes e Alto Douro (1988)

Desde 1 de novembro de 2012, Chefe da Delegação Regional do Ribatejo (DRR), na Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT), de que se destacam as seguintes atividades:

Acompanhamento de processos no âmbito da Valorização da Qualidade — DOP/IGP/ETG — Denominações de Origem Protegidas, Indicações Geográficas Protegidas e Especialidades Tradicionais Garantidas; Representante da DRAPLVT no Grupo de Trabalho — Projeto piloto

“Cabras Sapadoras” e Ponto focal da DRAPLVT para o Concurso “Cabras Sapadoras” (2018); Representante da DRAPLVT no Conselho Estratégico do Parque Natural das serras de Aire e Candeeiros; Análise das Estratégias de Desenvolvimento Local candidaturas — DLBC’s Rurais do Médio Tejo e Lezíria do Tejo, (2015);

Em articulação com a DAOT, elaboração das candidaturas ao PDR2020 — operação n.º 3.4.2 — Melhoria da Eficiência dos Regadios Existentes — Tipologia Operações que visem a melhoria das condições de segurança das barragens (Aproveitamentos Hidroagrícolas de Carril e de Alvorninha).

Entre 1993 e 30 de outubro de 2012, Técnico Superior da DRAPLVT.

Outras atividades: Em articulação com a Direção de Serviços de Investimento, análise de pedidos de apoio e pedidos de pagamento no âmbito dos programas PDR2020 — Operação 7.8.3 — Conservação e melhoramento de recursos genéticos animais; MAR2020 — Medida 1 — Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura; PRRN — Programa para a Rede Rural Nacional; PRODER — Ações 1.1.2 — Investimentos de Pequena Dimensão — 1.1.3 — Instalação de Jovens Agricultores — e 2.2.3.2 — Conservação e Melhoramento de Recursos Genéticos — Componente Animal; PROMAR — Eixo 4 — Desenvolvimento sustentável das zonas de pesca; Programa AGRIS, Ações: 2 — Desenvolvimento dos produtos de qualidade, 4 — Serviços à agricultura, 7 — Valorização do ambiente e do património rural e 8 — Dinamização do desenvolvimento agroflorestal rural; PAMAF — Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal, Medidas 2 e 5; PPDR — Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional/Centros Rurais.

Apoio à TAGUS, na candidatura ao Programa de Iniciativa Comunitária LEADER II; Representante da Direção Regional de Agricultura no PDAR — Programa de Desenvolvimento Agrícola Regional de Abrantes, Constância e Sardoal (1990 a 1993);

Formação destacada: Gestão do Tempo, GPP (2018); Gestão por Objetivos e Competências, GPP (2017); Formação em Agricultura Biológica B-learning, DGADR (2017); Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, IEFP (2017); PDR2020 — Controlo Administrativo, e-learning IFAP (2016); O Sistema de Controlo Interno na Administração Pública, DRAPLVT/ISLA (2014); A Avaliação do Desempenho e a Nova Gestão Pública, MAMAOT (2013); Código de Procedimento Administrativo, ISLA (2013); Curso de Formação de Formadores, Coop. Agrícola de Torres Novas e Barquinha/CAP (1998).

311619891

### Despacho n.º 8741/2018

Considerando que os cargos de direção intermédia de 2.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

Considerando que o licenciado Fernando Alberto Lopes Gomes reúne todos os requisitos legais de provimento no cargo;

Considerando que foram cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao procedimento concursal tendente ao provimento do cargo de Chefe da Divisão de Investimento na Agricultura (DIA) da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo;

Considerando que, ponderados os resultados do procedimento concursal, face ao perfil revelado pelo candidato confrontado com o exigido para o exercício do cargo a prover, o júri considerou que o candidato, licenciado Fernando Alberto Lopes Gomes, reúne as melhores condições para o exercício do cargo;

Nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 21.º da lei acima citada, designo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de Chefe da Divisão de Investimento na Agricultura (DIA), o licenciado Fernando Alberto Lopes Gomes, pertencente à carreira técnica superior do mapa de pessoal da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo.

A presente designação produz efeitos a 1 de setembro de 2018.

24 de agosto de 2018. — A Diretora Regional, *Elizete Jardim*.

### Nota curricular

Fernando Alberto Lopes Gomes, nascido a 12 de fevereiro 1974.

Licenciado em Gestão de Empresas pelo Instituto Politécnico de Santarém.

Desde março de 2015, Chefe de Divisão de Investimento na Agricultura da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo;

De novembro de 2010 a fevereiro 2015, Técnico Superior na Direção de Serviços de Investimento da DRAPLVT, exercendo as funções de analista de candidaturas no âmbito do PRODER, análises de pedidos de pagamento, reconhecimento de Organizações de Produtores, análise de programas operacionais e coordenador no âmbito da gestão e análise de pedidos de pagamento no âmbito PRODER, PROMAR e PRRN, controlo documental e garantias bancárias, controlo de qualidade aos pedidos de pagamento e acompanhamento de auditorias externas;

De maio de 2010 a outubro de 2010, Técnico Superior na Divisão de Projetos Específicos, Auditoria e Assessoria da DRAPLVT, exercendo as funções de analista e coordenador no âmbito da gestão e análise de pedidos de pagamento no âmbito do PRODER;

De 2008 a abril de 2010 Técnico Administrativo, no Núcleo de Auditoria Interna, Projetos Específicos e Assessoria, da DRAPLVT, exercendo as funções de analista e coordenador no âmbito da gestão e análise de pedidos de pagamento no âmbito do PRODER. Coordenação de equipa multidisciplinar no processo de arranque da vinha, e análise de candidaturas de arranque;

De junho de 1996 a dezembro de 2007, Técnico Administrativo no IFADAP, exercendo as atividades de gestão do Programa VITIS a nível regional, análise, pagamento e controlo de projetos VITIS, Auditoria e controlo contabilístico aos projetos Medida 3 AGRO, análise e carregamento de propostas de crédito de campanha.

Outras Atividades: Presidente do conselho fiscal da CCAM Pernes e Alcanhões (2018); Membro do conselho fiscal da CCAM Pernes (2001-2017); Formador na área de informática e gestão (2008-2012).

Formação Profissional: VITIS — Recolha candidaturas (IFAP 2018); Ética e Deontologia profissionais (IEFP 2017); Contabilidade e Gestão na Atividade Agrícola (OTOC 2017); Regime contrato de trabalho em funções públicas (IEFP 2016); Auxílios do Estado (GPP 2016); Termo de Aceitação (IFAP 2016); Contabilidade e Gestão na Atividade Agrícola (OTOC 2016 e 2015); Biotecnologia e Agricultura (2014); Nutrição em Hidroponia (2014); Fiscalidade (IFAP 2014); Análise de Pedidos de Pagamento (IFAP 2014); Inovação nos setores agrícola, alimentar e florestal (2014); Grupos operacionais (Centro Congressos Lisboa 2013); Segurança e Saúde no Trabalho (ISLA 2013); Arquitetura Institucional e Processo de Decisão Política (Comissão Europeia — Bruxelas 2012); A Política de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (CE — Bruxelas 2012); Política da Cultura e da Educação da EU (Parlamento Europeu — Bruxelas 2012); O Papel do Comité das Regiões no Processo Legislativo (Comité Regiões — Bruxelas 2012); Contratação Pública (ISLA 2011); Modernização e Capacitação das Empresas (PRODER 2011); PRODER área Económica e Financeira (DRAPLVT 2009); Fileira da Horticultura (COTHN 2009); Sistema de Normalização Contabilística (CAP 2009); Gestão documental (GFI 2009); Formação Inicial de Formadores (MP Consultadoria 2007); INA Sistema Integrado de Avaliação e desempenho na Administração Pública (INA 2005); FUJITSU — Gestão Documental SmartDocs (INA 2005); A Dinâmica do Sucesso das Organizações — Dr. Idalberto Chiavenato (Brasil 2004).

311619989

### Despacho n.º 8742/2018

Considerando que os cargos de direção intermédia de 2.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

Considerando que o licenciado Luís Filipe da Silva Cid reúne todos os requisitos legais de provimento no cargo;

Considerando que foram cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao procedimento concursal tendente ao provimento do cargo de Chefe da Divisão de Comunicação e Sistemas de Informação (DCSI) da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo;

Considerando que, ponderados os resultados do procedimento concursal, face ao perfil revelado pelo candidato confrontado com o exigido para o exercício do cargo a prover, o júri considerou que o candidato, licenciado Luís Filipe da Silva Cid, reúne as melhores condições para o exercício do cargo;

Nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 21.º da lei acima citada, designo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de Chefe da Divisão de Comunicação e Sistemas de Informação (DCSI), o licenciado Luís Filipe da Silva Cid, pertencente à carreira técnica superior do mapa de pessoal da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo.

A presente designação produz efeitos a 1 de setembro de 2018.

24 de agosto de 2018. — A Diretora Regional, *Elizete Jardim*.

### Nota curricular

Luís Filipe da Silva Cid, nascido a 18 de outubro de 1969.

Licenciado em Relações Públicas e Publicidade — Instituto Superior de Novas Profissões.

Pós-Graduado em Comunicação Organizacional — Instituto Superior de Novas Profissões.

Desde novembro de 2012, Chefe de Divisão de Comunicação e Sistemas de Informação. Responsável pelas áreas de Informática, Sistemas de Informação, Relações Públicas, Documentação, Expediente e Canais de Comunicação com o cliente. Coordenação das seguintes atividades e projetos: Coordenação do Projeto SAMA — Portal de Atendimento 5 DRAP; Implementação da Estrutura Informática Central/*Datacenter* da DRAPLVT; Modernização da rede de comunicações da DRAPLVT; Implementação de Site e Portal Interno da DRAPLVT; Implementação de solução digital de Gestão Documental; Criação de Identidade Visual do Organismo; Disponibilização ao cliente de serviços *online* e soluções de interoperabilidade; Coordenação da presença da DRAPLVT em eventos do setor; Relação com os Órgãos de Comunicação Social regionais, nomeadamente no âmbito dos Centros *Europe-Direct* da Representação da Comissão Europeia.

De junho de 2007 a outubro de 2012 — Chefe de Divisão de Modernização e Comunicação.

De outubro de 2006 a junho de 2007 — Responsável pela Divisão de Organização e Informática. Coordenação e gestão do setor informático da DRARO.

De 2005 a outubro de 2006 — Técnico Superior na Direção de Serviços de Planeamento e Política Agroalimentar com responsabilidade de coordenação dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Tratamento informativo na comunicação institucional. Nomeado Coordenador do Núcleo de Informação e Modernização Organizacional da DRARO. Análise funcional da DRARO e simplificação de processos.

De 2001 a 2005 — Técnico Superior na Direção de Serviços de Desenvolvimento Rural.

Nomeado membro do Grupo de Trabalho de Implementação da Gestão por Objetivos. Implementação da Avaliação de Desempenho na DRARO. Conceção e implementação do primeiro projeto SIG na DRARO e responsável pela introdução dos SIG nas áreas técnica, informativa e estatística e desenvolvimento das respetivas ações de formação. Acompanhamento técnico de candidaturas a projetos de investimento no âmbito dos Quadros Comunitários de Apoio.

De 1997 a 2001 — Técnico Superior na Divisão de Infraestruturas Rurais, Hidráulica, Eng. Agrícola e Ambiente, com responsabilidades na modernização e otimização administrativa da unidade orgânica (ação integrada no Curso “Gestão da Mudança”). Coordenação da área informativa e estatística, relativamente ao acompanhamento e execução de estudos, projetos e obras das diferentes Ações do PAMAF (Regadios Coletivos, Regadios Tradicionais, Emparcamento, Drenagem e Conservação, Eletrificação, Caminhos Agrícolas).

De 1988 a 1997 — Direção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste (DRARO) — Acompanhamento da execução material e financeira dos Programas PEDAP e PAMAF dos dois primeiros Quadros Comunitários.

Formação destacada: Administração de *Sharepoint*; Administração de Redes e Políticas; Produção *websites-Dreamweaver*; Regulamento e Proteção de Dados; Comunicação Institucional; Ética e Deontologia Profissionais; Responsabilidade Civil Extracontratual no Estado; Gestão de RH na Administração Pública — Nova Abordagem; FORGEP; Diploma de Especialização em Políticas Públicas.

311620157

### Despacho n.º 8743/2018

Considerando que os cargos de direção intermédia de 2.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

Considerando que o licenciado João Paulo Rodrigues de Brito Monteiro reúne todos os requisitos legais de provimento no cargo;

Considerando que foram cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao procedimento concursal tendente ao provimento do cargo de Chefe da Delegação Regional do Oeste (DRO) da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo;

Considerando que, ponderados os resultados do procedimento concursal, face ao perfil revelado pelo candidato confrontado com o exigido para o exercício do cargo a prover, o júri considerou que o candidato, licenciado João Paulo Rodrigues de Brito Monteiro, reúne as melhores condições para o exercício do cargo;